

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

No dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta e um minutos, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para debater acerca do tema “A inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional”. A reunião contou com a presença dos vereadores membros da Comissão Francisco Carlos e Marleide Cunha, além dos representantes de outros órgãos e da sociedade civil, que compuseram a Mesa do encontro, como Sasha Alves, Membro Titular da décima segunda Promotoria do Município de Mossoró, com atribuições relativas à infância e à adolescência, Joana D’Arc de Moraes, representante do Grupo AFETO, e Jadson Arnaud, representante da décima segunda Diretoria Regional de Educação e Desporto. Foram feitas as saudações e considerações iniciais pelo Presidente da Comissão, Vereador Francisco Carlos, que apresentou os membros que compõem a Mesa da Reunião e os demais convidados presentes. Passou-se a palavra ao Promotor Sasha Alves, que realizou breve apresentação sobre o direito à educação das crianças e adolescentes em acolhimento. Foram trazidos dados acerca do número de crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Município de Mossoró, que equivale a vinte cinco centésimos percentuais da população infanto-juvenil total da cidade. O Promotor reforçou a importância daqueles que se preocupam com a temática, apesar do baixo número de crianças acolhidas nos serviços institucionais do Município. Explicou o significado do termo “medida de acolhimento” de crianças e adolescentes, de acordo com o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, suas características de excepcionalidade e provisoriedade e seus impactos nas vidas dos sujeitos submetidos ao programa. O Membro da Mesa ressaltou, ainda, a relevância da relação afetiva dentro do acolhimento institucional, prevista, inclusive, no Estatuto da Criança e do Adolescente, afirmando que uma das prioridades da Promotoria que representa é a mudança nos serviços de acolhimento, dada a dificuldade de garantir a individualização de cada uma das crianças acolhidas, afetando fortemente o direito à educação infantil. Em sua explicação foram realçados os impactos decorrentes da institucionalização, como a saúde mental, a educação, a profissionalização, a convivência comunitária, entre outros fatores. Após esse momento, foi dado o direito de fala à senhora Jéssica, servidora do Ministério Público, que fez algumas constatações realizadas durante seu trabalho, em diálogos com os cuidadores, como a questão educacional, especialmente durante a pandemia, que gerava sobrecarga às atividades realizadas no acolhimento. Outra questão levantada foi a ausência de equipamentos para que as crianças e adolescentes tivessem acesso às aulas online, vez que várias das crianças acolhidas, inclusive, faziam uso dos aparelhos eletrônicos dos cuidadores, ou, por algumas vezes, não sabiam fazer uso dos aplicativos utilizados durante as aulas remotas, afetando o aprendizado das crianças acolhidas. Em seguida, a convidada Ana Paula Nogueira Marques complementou a explanação da senhora Jéssica, mostrando estudos realizados durante seu trabalho como assistente ministerial. De acordo com a servidora, os relatórios deixaram evidentes deficiências no âmbito educacional, que, além de não garantir formas de superação das dificuldades no aprendizado, aumentaram as várias situações de deficiências, trazendo alguns exemplos vistos durante sua pesquisa realizada nos acolhimentos. A convidada ressaltou a volatilidade dos cuidadores, além da falta de ferramentas existentes para eles, como cursos de qualificação voltados para este

atendimento institucional. Trouxe, por fim, algumas ideias para superar os problemas existentes nos serviços de acolhimento, como a necessidade de um profissional de pedagogia para a construção do Plano Individual de Acolhimento (PIA), além de aprimorar o trabalho técnico dos profissionais que vão lidar com o suporte educacional das crianças (cuidadores) e dos próprios profissionais da educação, que não conseguem lidar com a situação de crianças acolhidas. Atestou, ainda, uma falha na rede de atendimento das crianças em acolhimento, realçando a necessidade de aprimorar os fluxos de comunicação entre as instituições que trabalham com essas crianças. A vereadora Marleide Cunha, logo após apontamentos da senhora Ana Paula Nogueira, parabenizou a atuação do Promotor Sasha Alves pelo seu trabalho relacionado aos serviços de acolhimento no Município. Ressaltou os poucos valores destacados para os serviços de acolhimento no Projeto do Plano Plurianual do Município, afirmando que trabalhou no sentido de aumentar os valores dessa rubrica, dada a importância desses serviços, valorizando-o, assim. Os valores foram, então, modificados de quarenta e cinco mil reais para duzentos mil reais anuais, alterados por meio de emendas ao orçamento municipal. Tal ação foi realizada também na análise do Projeto da Lei Orçamentária Anual, assegurando esses valores nessa Lei e que a luta atual é para que tais valores sejam repassados de fato para os serviços de acolhimento em família, de modo que sejam discutidos como os valores repassados serão utilizados pelo Município. Foi cedida a palavra ao representante da décima segunda Diretoria Regional de Educação e Desporto (DIREDE), Jadson Arnaud, que enalteceu os argumentos utilizados pelo Promotor Sasha Alves, parabenizando, ainda, a Vereadora Marleide Cunha pela sua atuação feminina na política Mossoroense, e destacando a importância da representatividade da mulher no âmbito político. O convidado reafirmou a necessidade da valorização dos profissionais de educação, no acolhimento dos alunos, facilitando, com isso, a inclusão das crianças. Por fim, destacou a sua disposição em ajudar a todos os presentes acerca do tema abordado. Logo após, a convidada Joana D'Arc de Moraes destacou a importância do debate acerca do tema que foi proposto pela Câmara Municipal de Mossoró, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. A representante do grupo AFETO destacou o trabalho realizado pelas associações que acolhem crianças e adolescentes, relevando a necessidade de voluntários para ajudar nos serviços diários. Ademais, enalteceu os trabalhos realizados pelo Promotor Sasha Alves, destacando que toda a sociedade é responsável pela inclusão das crianças e adolescentes, banindo esse problema existente no meio da população. Neste momento, uma convidada do Grupo AFETO, mãe de criança que já participou dos serviços de acolhimento, realizou um depoimento acerca de sua experiência e especificidades relacionadas com seus demais filhos, salientando a importância do Grupo AFETO e reforçando a importância com o cuidado das crianças institucionalizadas, além da necessidade da qualificação para os cuidadores que trabalham com as crianças e adolescentes, com uma equipe técnica adequada, que elabore planos e projetos devidos para cada uma das crianças institucionalizadas. O senhor Valney Dantas, representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Mossoró, trouxe a ideia da formação de uma Comissão, de forma que a sociedade civil reforce o trabalho realizado pelo Município e pelo Estado. A senhora Cinthia Larissa, membro da Comissão de Assistência ao Idoso e ao Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Mossoró, trouxe alguns pontos para discussão, reforçando a necessidade de qualificação dos cuidadores. Foi passada a

palavra ao professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Kildare de Medeiros Gomes Holanda, que propôs à Casa Legislativa a criação de um Comitê Interinstitucional Municipal, fruto da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para discutir e propor políticas públicas acerca da temática, de modo que o ativismo judicial hoje existente seja dirimido, além de resgatar a força do Poder Legislativo sobre o assunto. A professora e pró-reitora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Danielle Martins, apresentou alguns projetos existentes na Universidade Federal envolvendo o público adolescente no apoio à inclusão social. Foi cedida, então, a fala ao senhor Josué Roberto, pai de aluno e ex-presidente da Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Mossoró e Região - AMOR, relatou suas experiências quanto aos seus filhos com transtorno do espectro autista e quanto ex-presidente da instituição, dando destaque à necessidade da inclusão das crianças e adolescentes. A representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA, Jemima Miranda, disse que a temática do serviço de acolhimento e o direito à educação já é discutida no Conselho, e destacou a dificuldade quanto às questões orçamentárias, que não foram respeitadas, segundo declaração, apesar de todos os estudos relacionados à execução orçamentária existentes no Conselho. Afirmou que vivencia os problemas de comunicações institucionais mencionados no decorrer da reunião. Em oportunidade, a senhora Marêssa Távora, coordenadora do Aldeias Infantis, trouxe relatos das atividades realizadas no programa, fortalecendo a necessidade de apoio nos aspectos educacionais relativos aos serviços de acolhimento. Por fim, discursaram as senhoras Ana Paula, representante da Universidade Potiguar, e de Edigleuma, além de fala da representante da Secretaria de Educação do Município de Mossoró, discutindo os tópicos e sugestões levantados na reunião. Nas considerações finais, o Presidente da Comissão discutiu com os convidados acerca da possível composição do Comitê Interinstitucional defendido pelo Professor Kildare durante a reunião. A reunião foi encerrada às doze horas e vinte e oito minutos. E, para constar, a presente ata foi lavrada e, se aprovada, será assinada pelo Presidente e pelos demais membros da comissão.